

PACTO: Governo quer emenda votada até fim do ano. Antônio Carlos é mais cauteloso e fala em março de 2000

ACM: FH assumirá negociações com Congresso

Objetivo é apressar a aprovação da cobrança da contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos

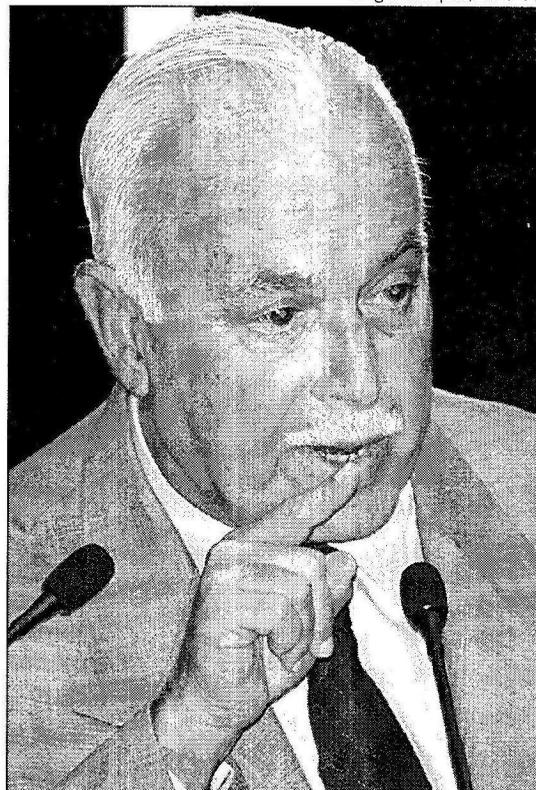
Cristiane Jungblut

• BRASÍLIA. O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso, depois de obter o apoio dos governadores, deverá assumir a coordenação das negociações para garantir, no Congresso, a aprovação rápida da emenda constitucional que permitirá a contribuição previdenciária dos servidores inativos. Na previsão de Antônio Carlos, a emenda deverá estar aprovada no Congresso até março do ano que vem. Já o secretário-geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira, disse que o Governo quer a proposta aprovada na Câmara até o fim deste ano.

ACM é cético quanto às chances de aprovar em 99

Antônio Carlos não descartou a possibilidade de a proposta ser aprovada até o fim de dezembro na Câmara, mas deixou claro que isso é difícil, argumentando que a tramitação de uma emenda constitucional é muito mais demorada que a de um projeto de lei. Para ser aprovada, uma emenda constitucional tem de passar por duas votações na Câmara e depois no Senado, sendo que em cada uma dessas votações ela tem que obter três quintos dos votos. Isso significa ser aprovada por 308 votos na Câmara e 49 votos no Senado, em cada uma das votações.

— A tramitação vai ser rápida, mas não se pode fugir a determinados prazos exigidos — disse Antônio Carlos Magalhães,



Sérgio Marques/25-3-99

“Em fevereiro ou março, no máximo, a proposta deve estar aprovada. Sempre há reações, mas a emenda está bem estruturada”

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES



Gustavo Maria/1-6-99

“Gostaríamos de ver aprovada a emenda na Câmara até dezembro. Quanto mais cedo, mais cedo se poderá iniciar a cobrança”

ALOYSIO NUNES FERREIRA

lhães, que acrescentou:

— Em fevereiro ou março, no máximo, a proposta deve estar aprovada. Sempre há reações, mas a proposta está bem estruturada para passar no Congresso.

A estratégia do Governo é reduzir ao máximo o prazo de discussão. O próprio presi-

dente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), já disse que é possível diminuir o prazo do debate na comissão especial. A idéia é limitar o debate a cerca de um mês e não a três, como é o normal.

— Gostaríamos de ver aprovada a emenda na Câmara até o fim da atual sessão legislati-

va, em dezembro. Quanto mais cedo se concluir, mais cedo se poderá iniciar a cobrança — disse Aloysio.

Já o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, é reticente quanto a esse prazo.

— Há um rito regimental mínimo que tem que ser cumprido — lembrou Pimenta.

Antônio Carlos disse ainda que o valor da isenção para os inativos deverá ser mantido em R\$ 600, apesar de alguns parlamentares defenderem uma faixa maior de isenção.

— A inclusão da isenção na própria emenda tornou mais fácil sua aprovação. O trabalho de negociação será feito

pelos líderes, mas o presidente é que deve articular, em última análise — insistiu.

O líder do Governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), chegou a sugerir a Fernando Henrique uma isenção de até R\$ 1.200. Já Pimenta defende a manutenção da isenção em R\$ 600. ■